



PROJETO DE LEI Nº, DE 2025

(Da Sra. LÊDA BORGES)

Institui o Programa Nacional de Apoio a Protetores Independentes e Abrigos de Animais – PROTEGE PET, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio a Protetores Independentes e Abrigos de Animais – PROTEGE PET, com o objetivo de promover o bem-estar animal, combater o abandono de animais domésticos e apoiar financeiramente protetores independentes e entidades que realizam essa atividade.

Art. 2º O Programa tem os seguintes objetivos:

- I – Promover ações voltadas à proteção e bem-estar de cães e gatos em situação de abandono;
- II – Apoiar financeiramente protetores independentes e abrigos que realizam resgates, tratamento, alimentação, castração e adoção responsável de animais;
- III – Incentivar e fortalecer políticas públicas voltadas ao controle populacional de animais domésticos, incluindo campanhas de castração e vacinação;
- IV – Estabelecer diretrizes para adesão voluntária pelos Estados e Municípios, respeitando a autonomia federativa;
- V – Criar mecanismos para garantir a transparência e a fiscalização da aplicação dos recursos concedidos.

Art. 3º A adesão ao PROTEGE PET será voluntária, cabendo aos Estados, Municípios e Distrito Federal a implementação local, respeitando as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 4º A União poderá estabelecer incentivos financeiros, técnicos e logísticos aos entes federativos que aderirem ao Programa, mediante:





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Federal Lêda Borges - PSDB/GO

I – Transferências voluntárias para Estados e Municípios que implementarem o programa;

II – Fomento a parcerias público-privadas para a aquisição de insumos e rações;

III – Destinação de emendas parlamentares para suporte às ações do PROTEGE PET;

IV – Convênios com universidades e organizações da sociedade civil para ações de capacitação e assistência veterinária gratuita.

Art. 5º Poderão ser beneficiários do PROTEGE PET:

I – Protetores independentes regularmente cadastrados nos órgãos de proteção animal estaduais ou municipais;

II – Organizações da sociedade civil e abrigos sem fins lucrativos dedicados ao acolhimento e recuperação de animais abandonados;

III – Famílias de baixa renda que adotem animais resgatados e comprovem incapacidade de custeio da alimentação.

Parágrafo único. O cadastramento dos beneficiários será realizado pelos órgãos estaduais ou municipais responsáveis pela gestão do programa.

Art. 6º O benefício concedido no âmbito do Programa será destinado exclusivamente à aquisição de ração, insumos alimentares e cuidados veterinários para os animais sob a responsabilidade dos beneficiários cadastrados.

Art. 7º O valor do benefício, sua periodicidade e eventuais reajustes serão definidos em regulamento, observando-se a Lei Orçamentária Anual - LOA e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 8º O controle e a fiscalização do PROTEGE PET serão realizados pelos órgãos gestores estaduais e municipais, com acompanhamento da sociedade civil.

Art. 9º Será instituído um sistema nacional de monitoramento, a ser mantido pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, com os seguintes objetivos:





- I – Garantir a transparência na aplicação dos recursos;
- II – Controlar os beneficiários e a utilização dos auxílios concedidos;
- III – Prevenir fraudes e assegurar que os recursos sejam utilizados exclusivamente para o bem-estar animal.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição visa estabelecer, em âmbito nacional, o Programa PROTEGE PET, para oferecer apoio financeiro a protetores independentes e abrigos que atuam no resgate e na proteção de cães e gatos abandonados.

O Brasil enfrenta um grave problema de abandono de animais domésticos, com milhões de cães e gatos vivendo nas ruas em condições de vulnerabilidade.

Esse quadro gera impactos sanitários, ambientais e sociais, exigindo políticas públicas permanentes para a redução do abandono e promoção do bem-estar animal.

Atualmente, a proteção animal recai majoritariamente sobre voluntários e ONGs, que arcam sozinhos com custos elevados para alimentação, cuidados veterinários e infraestrutura.

O Estado, por sua vez, conta com políticas insuficientes para dar suporte a essas ações. O PROTEGE PET visa corrigir essa lacuna, criando um mecanismo de apoio financeiro estruturado, que poderá ser implementado por Estados e Municípios de forma adaptada às suas realidades.

Ademais, diversos Municípios e Estados brasileiros, além do Distrito Federal, já buscam implementar iniciativas de apoio aos voluntários que atuam na alimentação, abrigo e cuidado de animais domésticos abandonados ou vítimas de maus-tratos não acolhidos por abrigos públicos ou particulares.

Por exemplo, em Blumenau – SC, a Vereadora CRISTIANE LOUREIRO (PODEMOS) tem se destacado na causa animal, propondo leis que obrigam a identificação de cães e gatos por microchipagem gratuita para tutores de baixa renda e protetores independentes. Além disso, ela





desenvolveu campanhas de arrecadação de materiais recicláveis para troca por rações e vacinas, beneficiando animais abandonados.

Em Brasília, o Deputado Distrital DANIEL DONIZET (MDB) busca instituir o Programa Cartão-Ração, no âmbito do Distrito Federal, por meio do Projeto de Lei 2.636/2022, com o objetivo de apoiar protetores independentes de animais abandonados ou maltratados.

A Cidade de Porto Velho, em Rondônia, implementou a Lei Complementar nº 825/2020, que estabelece diretrizes para o recolhimento e manejo de animais de rua, incluindo a possibilidade de doação de animais microchipados e castrados, em parceria com entidades de proteção animal e outras organizações.

No Estado do Tocantins, foi proposto o Projeto de Lei nº 2.716/2021, que assegura a todo cidadão o direito ao fornecimento de alimentos e água a animais de rua em espaços públicos, garantindo o bem-estar dos animais e incentivando a participação da sociedade na causa animal.

Além disso, a Cidade de Bauru, em São Paulo, instituiu o Programa "Banco de Ração e Utensílios para Animais" por meio da Lei nº 7783/2023, visando captar doações de ração e promover sua distribuição a protetores independentes, abrigos e famílias em condições de vulnerabilidade que possuam animais.

No Estado de São Paulo, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei 17.497/21, que acrescentou ao Código de Proteção dos Animais o Programa de Proteção e Bem-Estar dos Animais Domésticos, estabelecendo novas normas para essas espécies e incentivando os Municípios a desenvolverem projetos integrados de fiscalização e manejo da fauna, em parceria com universidades, ONGs e iniciativas privadas.

Esses exemplos, dentre outros, reforçam a necessidade de uma política nacional que padronize e amplie o alcance dessas iniciativas, garantindo que protetores e abrigos de todo o país recebam o suporte necessário para continuar seu trabalho essencial na proteção e bem-estar dos animais.

Assim, acreditamos que o apoio financeiro direto aos protetores independentes e abrigos pode reduzir os casos de maus-tratos e abandono, além de fortalecer iniciativas de adoção responsável. Ao ampliar essa política



